**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**2024**

Sumário

[1- BASE LEGAL 3](#_Toc164157278)

[2- DECLARAÇÕES 4](#_Toc164157279)

[3- GASTO DE DESPESA COM PESSOAL 5](#_Toc164157280)

[4- ÍNDICE APLICADO EM SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE 6](#_Toc164157281)

[5- ÍNDICE APLICADO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO 8](#_Toc164157282)

[6- SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS 9](#_Toc164157283)

[7- DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 10](#_Toc164157284)

[8- OPERAÇÕES DE CRÉDITO 11](#_Toc164157285)

# BASE LEGAL

A lei 12527/2011 (LAI), em seu art. 8° §1°, inciso V, determina que:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

Diante disso, o Município de Mandaguaçu apresenta o relatório de gestão e atividades do ano de 2024.

# DECLARAÇÕES

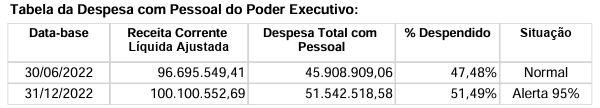
Ao longo de 2024, conforme declaração pública firmada pelo Chefe do Poder Executivo, foram realizadas audiências para avaliação das Metas Fiscais, sendo o chamamento público veiculado no Jornal O Regional.

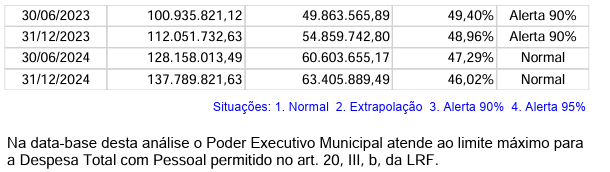
Conforme as declarações firmadas pelo Chefe do Poder Executivo, os demonstrativos componentes do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal foram regular e tempestivamente publicados no órgão de Divulgação Oficial do Município.

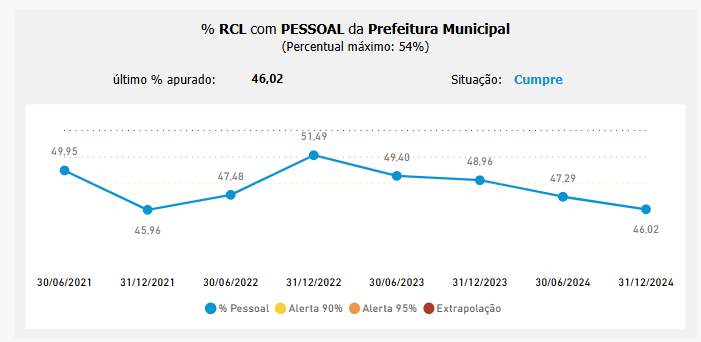
Em atenção ao disposto na LC 131/09, que adicionou o Parágrafo Único ao art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo efetuou declaração afirmando estar adequado à norma legal, inclusive no que respeita aos aspectos regulamentados por este Tribunal mediante a edição da Instrução Normativa nº 89/13.

# GASTO DE DESPESA COM PESSOAL

No primeiro semestre de 2024, em apuração cuja data-base foi 30/06/2024, a despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de 47,29 % da Receita Corrente Líquida, cuja situação é considerada normal, conforme limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b”, da LRF. No segundo semestre de 2024, a despesa total com pessoal do Poder Executivo, em apuração cuja data base foi 31/12/2024, atingiu 46,02%, permanecendo na situação normal, conforme determinado por lei.

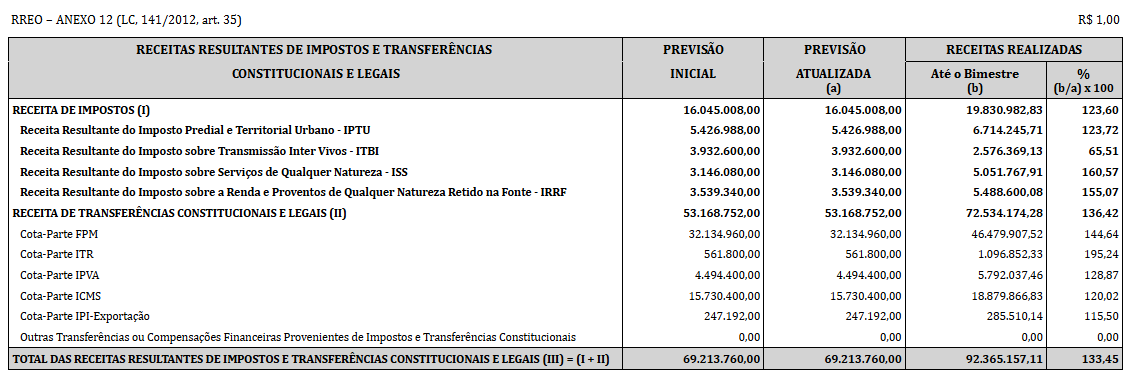


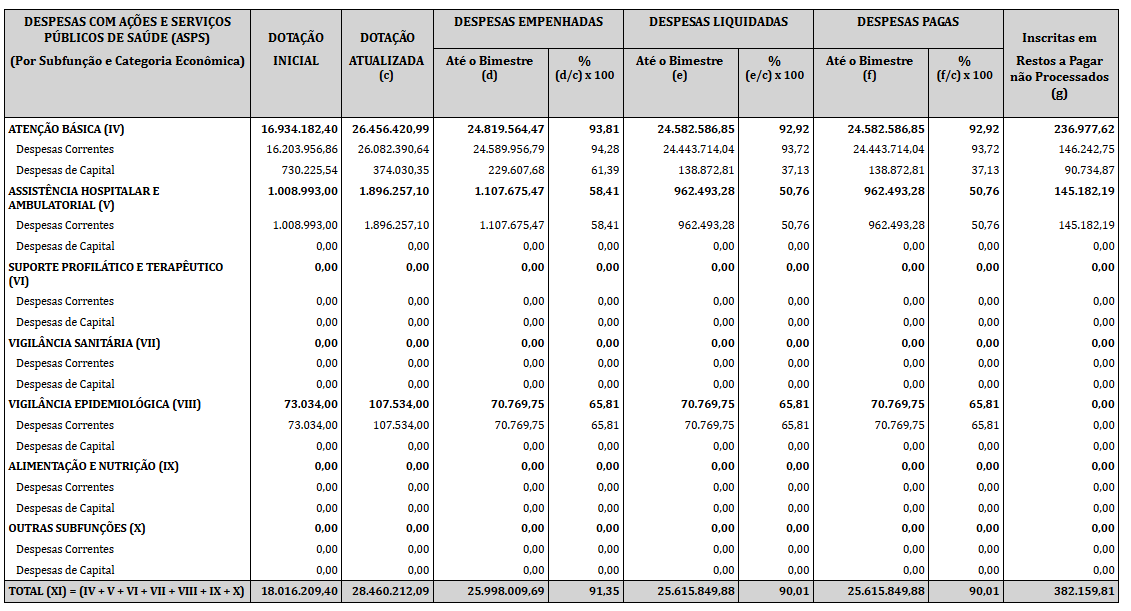


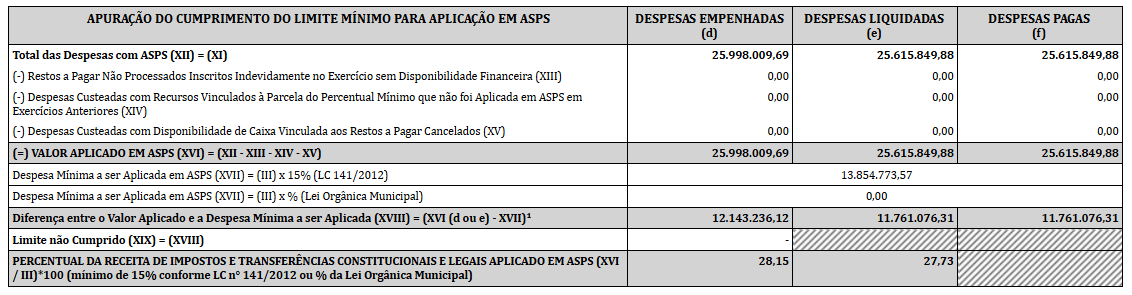


# ÍNDICE APLICADO EM SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE

A Constituição Federal determina que os municípios aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde no mínimo 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, alínea b e parágrafo 3º, estando o Município de Mandaguaçu dentro dos parâmetros determinados pela Lei.

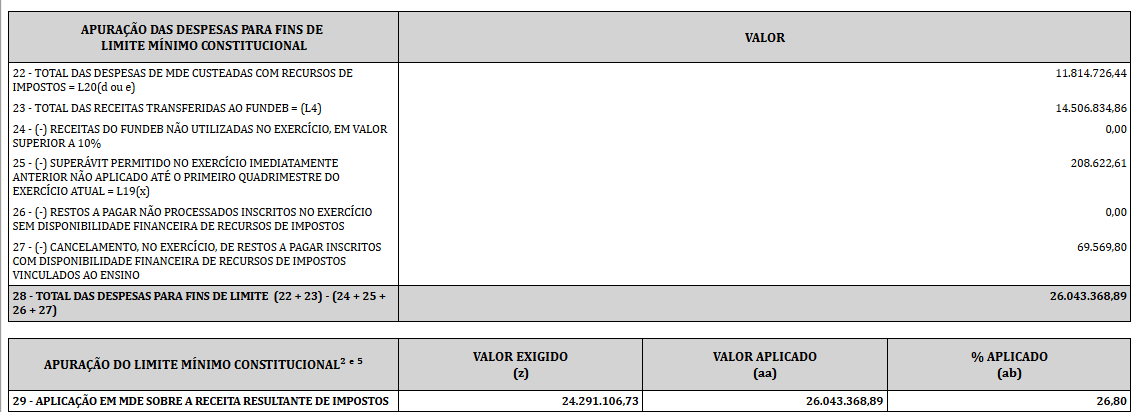






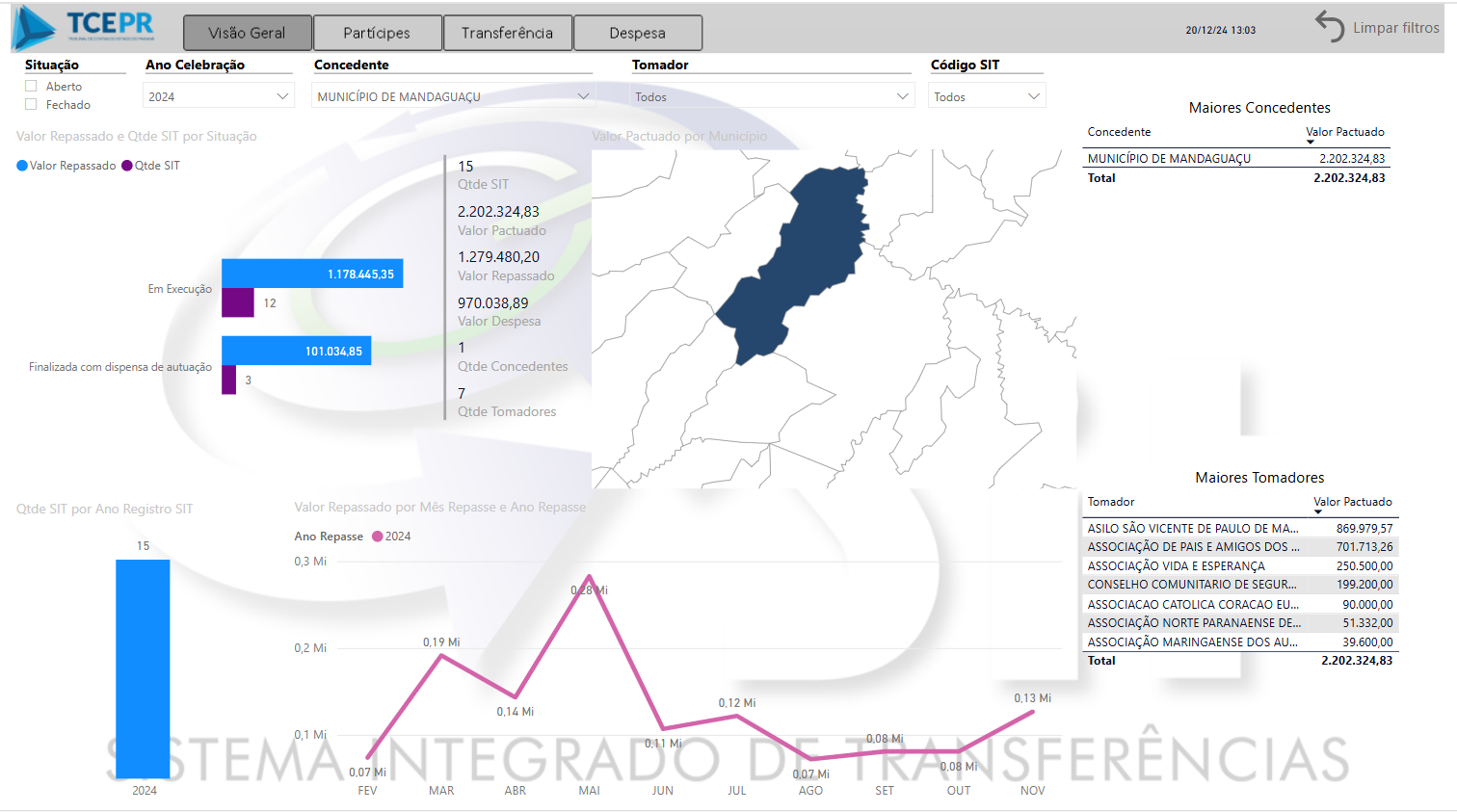
# ÍNDICE APLICADO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

A Constituição Federal de acordo com o artigo 212, determina que os estados, o Distrito Federal e os municípios devem aplicar anualmente nunca menos de 25% "da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino". O Município atendeu ao limite constitucional, aplicando 26,80%.



# SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS

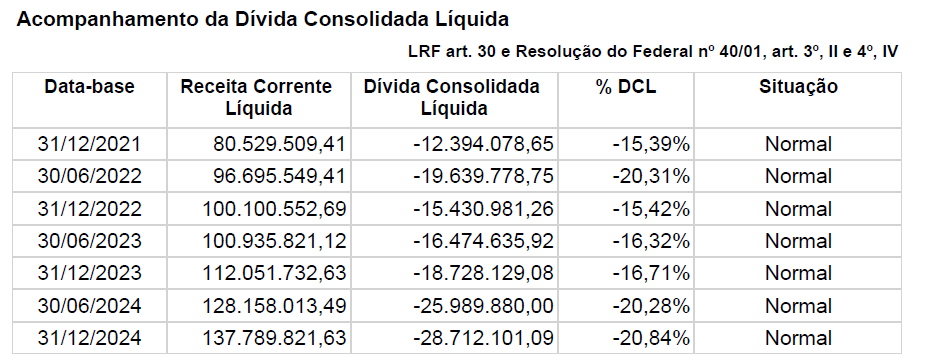
No decorrer do exercício de 2024, houve um valor repassado de R$1.279.480,80 , sendo que o valor da despesa foi de R$970.038,00. O Município de Mandaguaçu foi o concedente, havendo sete tomadores.





# DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

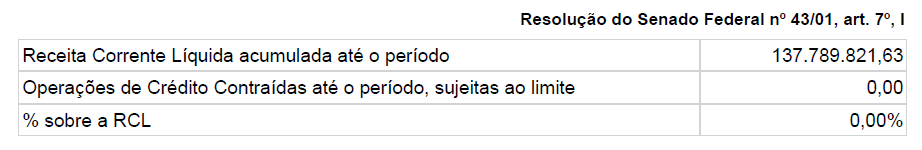
Em 31/12/2024, data-base da verificação, foi observado que o Município de Mandaguaçu atendeu ao limite máximo para a Dívida Consolidada Líquida estabelecido pelo art. 3º, II, e art. 4º, IV, da RSF 40/01.



# OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Limite das Operações de Crédito – Financiamentos**

Conforme pode ser verificado, o montante das Operações de Crédito contraídas no exercício, até a data base da análise, restringiu-se ao limite máximo de 16% sobre a Receita Corrente Líquida estabelecido na Resolução nº 43/01 do Senado Federal.



**Limite das Operações de Crédito por Antecipação das Receitas - ARO's**

Conforme pode ser verificado, o saldo devedor das Operações de Crédito por Antecipação da Receita – ARO’s, até a data base da análise, restringe-se ao limite máximo de 7% sobre a Receita Corrente Líquida estabelecido na Resolução nº 43/01 do Senado Federal.

